International Worker's Association
www.iwa-ait.org

Brazilian Worker's Confederation
http://cob-ait.net/

Rio Grande do Sul's Worker's Federation
http://osyndicalista.blogspot.com

Center of Studies and Social Research

http://cepsait.webnode.com

http://cepsait.blogspot.com

ceps_ait@hotmail.com

cepsait@gmail.com

Our purpose is to motivate the social research and stimulate the change relations which are related to the collection and production of information's about the history of the Brazilian Worker Movement.

"Rio Grande do Sul's Worker Federation"

Worker Bulletin
Year II Nº 79
Friday 01/10/2010.

Caxias do Sul – Rio Grande do Sul – Brazil

Boletim Operário 79

Caxias do Sul, 01 de Outubro de 2010.

www.fosp.anarkio.net
CONHECE, ORGANIZA E LUTA

Rendimento familiar é determinante no acesso ao sistema educacional

As desigualdades estão diminuindo no que diz respeito ao acesso ao sistema educacional, mas o nível do rendimento familiar ainda é uma fonte de desigualdade importante, sobretudo nos ciclos de ensino não obrigatórios. Entre 1999 e 2009, a educação infantil (0 a 5 anos de idade), foi o nível de ensino que mais cresceu em termos de frequência (de 32,5% para 40,2%), mas, nessa faixa etária, apenas 30,9% das mais pobres frequentavam creche ou pré-escola, com esse percentual aumentando para 55,2% entre os 20% mais ricos. Na faixa dos 6 a 14 anos, que corresponde ao ensino fundamental, o acesso à escola (97,8% em média) era praticamente igual em todos os níveis de rendimento. Na faixa de 15 a 17 anos (82,6% em média), a diferença entre os mais pobres (81,0%) e os 20% mais ricos (93,9%) chegava a quase 13 pontos percentuais. Para o grupo de 18 a 24 anos (31,3% em média), essa diferença era de 26 pontos percentuais e, mesmo entre os 20% mais ricos, metade dos jovens (49,6%) frequentava estabelecimento de ensino.

Entre as pessoas de 18 a 24 anos de idade, 14,7% declararam somente estudar, 15,6% conciliavam trabalho e estudo, 46,7% somente trabalhavam, 17,8% informaram realizar afazeres domésticos e 5,2% não realizavam nenhuma atividade. No grupo de 16 a 24 anos, 22,2% recebiam até ½ salário mínimo no mercado de trabalho. No Nordeste, esse percentual dobrava (43,5%). Além disso, 26,5% das pessoas nessa faixa etária trabalhavam mais de 45 horas semanais.

Entre os jovens de 15 a 24 anos, quase 647 mil, o que correspondia a 1,9%, eram analfabetos, e a maioria deles estava no Nordeste (62%),vindo em seguida o Sudeste (19%).

Fonte: IBGE, 17 de setembro de 2010.

Taxas de analfabetismo de pretos e pardos são mais que o dobro da de brancos

De 1999 a 2009, houve um crescimento da proporção das pessoas que se declaravam pretas (de 5,4% para 6,9%) ou pardas (de 40% para 44,2%), que agora em conjunto representam 51,1% da população. A situação de desigualdade por cor ou raça, porém, persiste.

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade era de 13,3% para a população de cor preta, de 13,4% para os pardos contra 5,9% dos brancos. Outro indicador importante é o analfabetismo funcional (pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos completos de estudo), que diminuiu de 29,4% em 1999 para 20,3% em 2009. Essa taxa, que para os brancos era de 15%, continua alta para pretos (25,4%) e pardos (25,7%).

A população branca de 15 anos ou mais tinha, em média, 8,4 anos de estudo em 2009, enquanto entre pretos e pardos, a média era 6,7 anos. Os patamares são superiores aos de 1999 para todos os grupos, mas o nível atingido tanto pelos pretos quanto pelos pardos ainda é inferior ao patamar de brancos em 1999 (7 anos de estudos).

Em 2009, 62,6% dos estudantes brancos de 18 a 24 anos cursavam o nível superior (adequado à idade), contra 28,2% de pretos e 31,8% de pardos. Em 1999 eram 33,4% entre os brancos contra 7,5% entre os pretos e 8% entre os pardos. Em relação à população de 25 anos ou mais com ensino superior concluído, houve crescimento na proporção de pretos (2,3% em 1999 para 4,7% em 2009) e pardos de (2,3% para 5,3%). No mesmo período, o percentual de brancos com diploma passou de 9,8% para 15%.

Rendimento-hora de pretos e pardos é menor do que dos brancos

O rendimento de pretos ou pardos continuam inferiores aos de brancos, embora a diferença tenha diminuído nos últimos dez anos. O rendimento-hora de pretos e de pardos representava respectivamente 47% e 49,6% do rendimento-hora dos brancos em 1999, passando a 57,4% para cada um dos dois grupos em 2009. Os percentuais de rendimentos-hora de pretos e pardos em relação ao dos brancos, em 2009, eram, respectivamente, de 78,7% e 72,1% para a faixa até 4 anos de estudo, de 78,4% e 73% para 5 a 8 anos, de 72,6% e 75,8% para 9 a 11 anos, e de 69,8% e 73,8% para 12 anos ou mais.

Comparando-se o Índice de Gini para o rendimento mensal familiar *per capita*, verifica-se diminuição na desigualdade em proporção similar para brancos (de 0,572 para 0,537), pretos (de 0,502 para 0,471) e pardos (de 0,531 para 0,497). O índice vai de zero a um: quanto maior, mais desigual.

A desigualdade entre brancos, pretos e pardos se exprime também quando se observa o número de pessoas por posição na ocupação. Entre as pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, em 2009, eram empregadores 6,1% dos brancos contra 1,7% dos pretos e 2,8% dos pardos. Ao mesmo tempo, pretos e pardos eram, em maior proporção, empregados sem carteira (17,4% e 18,9%, respectivamente, contra 13,8% de brancos) e a maior parte dos empregados domésticos com carteira assinada (3,9% e 2,3% contra 1,9%) e sem carteira (8,3% e 6,8% contra 4,1%).

Fonte: IBGE, 17 de setembro de 2010.

Trabalho informal prevalece entre mulheres jovens e idosas

O percentual de mulheres no mercado de trabalho formal (que têm carteira assinada, incluindo domésticas, militares e funcionárias públicas estatutárias, são empregadoras ou trabalhadoras por conta própria que contribuíam para a previdência social) subiu de 41,5%, em 1999, para 48,8% no ano passado. Entre os homens, houve um incremento de 45,9% para 53,2%. No mesmo período, a participação feminina na categoria empregado com carteira assinada passou de 24,2% para 30,3%. A participação das trabalhadoras não remuneradas, que trabalham na produção para o próprio consumo ou que exercem atividades na construção para o próprio uso, por sua vez, caiu de 18,7% para 11,6%.

Entre as jovens de 16 a 24 anos, 69,2% das ocupadas estavam em trabalhos informais. A taxa era mais elevada entre as mulheres de 60 anos ou mais: 82,2%. As diferenças eram ainda mais expressivas na comparação regional: no Sudeste, 57,2% das mulheres jovens estavam inseridas em trabalhos informais no Nordeste chegava a 90,5%.

No que tange à cor ou raça, a inserção das mulheres também se dava de forma diferenciada. Entre as de cor branca, cerca de 44,0% estavam na informalidade; percentual que era de 54,1% entre as pretas e de 60,0% entre as pardas. A maior diferença na taxa de formalidade entre as mulheres, segundo sua cor ou raça, ocorreu na região Norte, onde 55,9% das brancas estavam no mercado informal contra 67,1% das pretas e 68,3% das pardas. A menor diferença era a do Sul, cujos percentuais eram de 44,2% para brancas, 43,4% para pretas e 50,5% para pardas.

NÚCLEO SINDICAL FOGO